

Uma nova fase do capitalismo?

François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy
e Immanuel Wallerstein.
São Paulo e Campinas, Editora Xamã e Centro de
Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp

REINALDO A. CARCANHOLO*

O Cemarx (Centro de Estudos Marxistas) e a Editora Xamã lançaram, no final de 2003, um livro que muito contribui para uma adequada interpretação marxista do mundo atual, com o título: *Uma nova fase do capitalismo?* Trata-se da tradução do livro de Chesnais *et alii. Une nouvelle phase du capitalisme?*, publicado anteriormente na França. Ele reúne três diferentes contribuições apresentadas e discutidas durante os seminários de estudos marxistas da Maison des Sciences de l'Homme de Paris. Essas contribuições são as seguintes:

- Gérard Duménil e Dominique Lévy, “Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo”;
- François Chesnais, “A ‘nova economia’: uma conjuntura

própria à potência econômica estadunidense”;

- Immanuel Wallerstein, “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”.

Além dessas três contribuições, o livro inclui a discussão travada sobre o tema entre os mencionados autores e mais Michel Husson, Jean Magniadas e Catherine Samary.

O fato de que consideremos como boas contribuições para o pensamento marxista e, além disso, como indispensáveis suas leituras por todos aqueles interessados no futuro de nossa sociedade não quer dizer que, na nossa opinião, não existam problemas nas interpretações apresentadas e que concorde-

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

mos com a perspectiva teórica e metodológica de cada um dos autores, até porque divergem entre si. Vejamos, pois, cada uma delas.

No primeiro artigo do livro, Duménil e Lévy resumem as principais idéias das relevantes pesquisas que vêm realizando, há algum tempo, sobre o capitalismo. Esses autores sustentam que o período iniciado após a crise estrutural dos anos 70, chamado por eles em outro lugar “neoliberal”, caracteriza-se pela restauração da hegemonia da propriedade do capital, através do sistema financeiro, sobre sua gestão. Tal período teria sucedido o que eles denominam “compromisso keynesiano”, que durara apenas algumas décadas, no qual essa hegemonia havia sido perdida para os gestores das empresas produtivas.

O trabalho empírico e a análise dos mencionados autores é de grande significação e indispensável para entender aspectos importantes da fase atual do capitalismo. No entanto, apesar de os autores proporem-se a realizar uma interpretação marxista, poucos dos conceitos dessa teoria são efetivamente utilizados, exceto os mais genéricos de forças produtivas e relações de produção. Quando a luta de classes é chamada a cumprir algum papel, restringe-se à contraposição entre proprietários e gestores do capital que, embora se trate de uma contradição com algum significado para um entendimento concreto da história do capitalismo desde o início do século XX, não pode, do ponto de vista marxista, ser considerada prin-

cipal ou fundamental. Há, assim, uma sobrestimação dessa contradição e, em contrapartida, o papel dos trabalhadores, em especial o dos trabalhadores produtivos, embora lembrado em algumas passagens do texto, recebe tratamento genérico e sem relevância para o essencial da interpretação.

Se a luta de classes aparece no texto de maneira pouco adequada, a teoria do valor, núcleo central da interpretação de Marx sobre o capitalismo, está absolutamente ausente. Seus conceitos de valor, mais-valia, mais-valia extra, exploração, transferência de valor nem sequer são mencionados. É verdade que o termo capital aparece de maneira recorrente, mas sem que se expresse o seu real conteúdo e menos ainda seu movimento dialético.

Apesar de considerarem a eventualidade de que as contraposições atuais do capitalismo possam chegar a ser resolvidas por uma grande crise econômica no centro do sistema, admitem também a possibilidade de uma extinção gradual dessa hegemonia e da política neoliberal. Concebem uma espécie de retorno a um capitalismo que permitiria certas concessões aos trabalhadores, uma volta a um capitalismo mais humano, se é que isso de fato em algum momento existiu. Trata-se, na verdade, de uma visão muito otimista do futuro e, a nosso ver, irreal.

O texto de Chesnais retoma sua conhecida e consagrada tese de que o período capitalista atual caracteriza-se (de maneira similar, nesse aspecto, ao

texto anterior) pelo domínio da “finança” sobre a “indústria” ou, em termos mais adequados, do capital especulativo sobre o produtivo, resultante da política de desregulamentação e liberalização promovida pelos Estados Unidos e pela Inglaterra desde o final dos anos 70 e início dos anos 80. Chesnais também destaca em sua análise a contradição que existe entre os gestores de fundos de investimentos, que configurariam o interesse próprio do capital especulativo, e os dirigentes das empresas produtivas (a gestão produtiva), mas não deixa de ressaltar os efeitos disso: a) sobre a forma de organização da produção, mais exigente no que se refere à rentabilidade (esta idéia também está presente em Duménil e Lévy); e, b) sobre o conjunto dos trabalhadores, pois implica um aumento do nível da exploração. Assim, em sua interpretação, o conflito de classes, especialmente o fundamental, não fica ausente; ao contrário, é aspecto central.

É bem verdade que o artigo não pretende ser uma síntese da interpretação geral do autor e, assim, pode não atender adequadamente leitores que busquem um primeira visão sobre ela. No entanto, avança ao esclarecer sua perspectiva sobre a “mundialização”, aspecto que, segundo suas próprias palavras, não ficara claro em anteriores escritos seus. É aqui justamente que se configura um dos dois pontos mais altos do artigo: sua perspectiva é tributária de uma visão dialética de totalidade e, nela, embora intuitivamente, estão

presentes os elementos fundamentais de uma adequada teoria do valor que lhe permite entender, com profundidade, o mundo capitalista atual. O outro ponto positivo está constituído por sua interpretação, como resultado de sua tese geral, das razões do crescimento experimentado pelos Estados Unidos durante a segunda metade dos anos 90, das limitações desse crescimento e da impossibilidade de se imaginar o mesmo fenômeno para outros países. Mais uma vez a perspectiva da totalidade e a teoria do valor constituem os pilares que conferem relevância e garantem a adequação do pensamento de Chesnais.

Ponto fraco do artigo é seu apelo à teoria da regulação. O formalismo da terminologia regulacionista, longe de permitir um maior aprofundamento da sua tese, dificulta a compreensão do texto. É verdade que o autor não chega a afirmar claramente a relevância da concepção regulacionista, ficando a meio caminho quando declara que ela constituiria um sério e enriquecedor *desafio* ao “marxismo mumificado”. Pareceria ficar sugerida, assim, a necessidade ineludível de apelar para esse tipo de teoria. Se, de fato, esse era o recado, parece-nos impropriedade; para superar as limitações do pensamento marxista contemporâneo é melhor, sem dúvida, uma volta substancial e adequada ao velho mestre: a Marx.

Do nosso ponto de vista, talvez a contribuição menos relevante (embora não desprovida de interesse, por representar uma honesta postura reformis-

ta) seja o texto de Wallerstein. A luta de classes passa longe de sua análise, embora existam aqui ou ali algumas menções a conflitos de interesses. O autor chega a pensar em conflito distributivo entre “classes inferiores” e “classes superiores”; refere-se, em determinado momento, à alta classe média dos anos 80 (os “yuppies”). Há no texto de Wallerstein uma perspectiva de totalidade para o entendimento do mundo capitalista, aliado, corretamente, à idéia de que o futuro jamais se encontra totalmente determinado, havendo espaço significativo para a ação humana consciente. Além disso, para ele, a totalidade não é harmônica, mas conflitiva. Com isso, não é que faça concessão a Marx pensando a História como história da luta de classes, mas não deixa de admitir o conflito entre uma sociedade absurda, resultado do interesse imediato dos capitalistas, e os interesses objetivos de um “amplo bloco mundial de forças democráticas”.

Wallerstein explica o período atual do capitalismo mundial, desde o final dos anos 60 e início dos anos 70, através da conjugação do ciclo Kondratiev na fase descendente, por um lado, com tendências seculares, por outro. Estaríamos hoje às portas de uma nova fase ascendente desse tipo de ciclo, mas o capitalismo já teria entrado “em seu período de crise terminal”, graças justamente a essas tendências seculares. Para nós, junto com a idéia dos ciclos Kondratiev (de duração aproximada de 50 anos) que se repetiriam, um depois do outro, fica um certo

sabor de lei misteriosa que presidiria a trajetória do capitalismo. Ao contrário, sobre as tendências estruturais de longo prazo (seculares), o autor procura justificar-se. Apela para uma espécie de reedição mal elaborada da tendência decrescente da taxa de lucro. Foge da profundidade da análise Marx, para cair numa justificativa pouco substancial.

Assim, para ele, haveria uma tendência à elevação dos custos de produção para o capital e, portanto, uma redução de sua remuneração, devido a três causas:

1. Crescente dificuldade do capital na sua estratégia de transferir investimentos para áreas na periferia, com a finalidade de encontrar trabalhadores dispostos a aceitar salários relativamente reduzidos, pelo menos nas ocupações mais qualificadas.
2. Crescentes custos para os insumos, em razão do esgotamento ecológico.
3. Crescentes custos que ele atribui à democratização, que significaria aumento progressivo dos gastos estatais (via elevação dos impostos), destinados à saúde, educação etc., além da necessidade do atendimento das maiores exigências salariais dos trabalhadores.

De certa maneira, ao ler suas justificativas para essa “nova” lei da ten-

dência decrescente da taxa de lucro, parece que estamos vivendo em mundos diferentes. Difícil é acreditar que, na periferia, não se continue a encontrar trabalhadores mais baratos, muito mais baratos, mesmo em ocupações mais qualificadas.

No que se refere ao terceiro elemento, poderíamos dizer que há no autor, uma extrapolação perigosa: acreditar que as concessões que o capital fez aos trabalhadores no pós-guerra, no primeiro mundo, constituem tendência universal e secular. Por outro lado, há uma deficiência teórica profunda: confundir o salário em termos de valores de uso com o salário em valor (que é o decisivo para a determinação da taxa de mais-valia e, portanto, para a magnitude do lucro), além de esquecer a questão das transferências internacionais de valor destinadas aos países centrais.

Finalmente, no que se refere ao segundo aspecto, não podemos deixar de recordar autores do passado. Ricardo, já em 1815 e posteriormente na sua obra fundamental, explicava a tendência à queda na taxa de lucro do capital pelo progressivo esgotamento dos recursos naturais (terras férteis e próximas), colocando em segundo lugar o avanço técnico. O pensamento ricardiano, mesmo para a época, já era algo ingênuo.

Sem negar a existência de custos crescentes para insumos naturais, não podemos nos contentar com uma análise tão superficial para explicar a tendência da taxa de lucro. Seria necessário discutir teoricamente o efeito desses

custos sobre o valor do capital constante e, sobretudo, sobre o valor da força de trabalho, antes de poder fazer qualquer tipo de afirmação, mesmo que teórica, sobre a tendência da taxa de remuneração do capital. Isso pressuporia levar em consideração o aumento da produtividade do trabalho, a expansão das jornadas e da intensidade do trabalho (observadas amplamente no mundo atual), para poder falar da taxa de mais-valia e, só depois, da taxa de lucro.

Para concluir, devemos dizer que Wallerstein, embora sustente que o capitalismo entrou em sua crise terminal e apesar de que preveja o seu fim, termina sustentando que as “camadas capitalistas”, para não perderem seus privilégios, procurarão construir um novo sistema, “de tipo desconhecido”, que conservaria a hierarquia e a desigualdade como características básicas. Contra isso, propõe “um amplo bloco mundial de forças democráticas”. A proposta não nos parece realista, nem promissora.

Após os três capítulos resenhados, o livro traz, como dissemos no início, uma última parte dedicada à discussão entre os autores. No primeiro capítulo dessa parte, intitulado “Introdução à discussão. Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas”, Gerard Duménil e Dominique Lévy apresentam um mapeamento das contribuições dos autores do livro e, no, último capítulo, intitulado simplesmente “Discussão”, todos os autores e mais três outros economistas marxistas discutem, uma a uma, as questões, teses e

argumentos apresentados ao longo do livro. Esses capítulos finais dão substância ao título da coleção que o Cemarx e a Xamã acabam de lançar: *Seminário marxista – questões contemporâneas*.

.